PEDRA E CAL: O AMOR FREIRÁTICO NA SÁTIRA LUSO-BRASILEIRA DO SÉCULO XVII

João Adolfo Hansen. Mestrado e doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. Professor titular de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo. Sua linha de pesquisa concentra-se no estudo das práticas de representação dos séculos XVI, XVII e XVIII. Alguns livros: *Alegoria: Construção e Interpretação da Metáfora* (São Paulo, Atual, 1986; 1987; Campinas/São Paulo, Editora da Unicamp/Hedra, 2006); *A Sátira e o Engenho*. Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII (São Paulo, Companhia das Letras, 1989; 2. ed. Campinas/Cotia, Editora da Unicamp/Ateliê, 2004), pelo qual recebeu o Prêmio Jabuti em 1990; *Carlos Bracher: a Mineração da Alma* (São Paulo, Edusp, 1998); *O O. A Ficção da Literatura em Grande Sertão: Veredas* (São Paulo, Hedra, 2000).

A poesia satírica produzida na Bahia no final do século XVII, que desde meados do XVIII vem sendo atribuída a Gregório de Matos e Guerra, que viveu em Salvador entre 1682 e 1695, põe em cena estereótipos acerca de estamentos, grupos e indivíduos do Império. Apropriando-se de enunciados literais de discursos formais e informais contemporâneos, ela isola as normas sociais da função institucional de regulação prática que têm nos discursos, transformando-as ficcionalmente em metáforas de princípios éticos e teológico-políticos da "política católica" portuguesa. As representações efetuadas dramatizam as opiniões ou as interpretações institucionais e informais sobre os assuntos do lugar tidas por verdadeiras e mais ou menos previstas na recepção. Assim, quando transforma temas de discursos formais —como os do Senado da Câmara, da administração de governadores, de ordens-régias, de pragmáticas de tratamento e trajes, do Santo Ofício da Inquisição, do Tribunal da Relação, etc.— e da murmuração informal sobre eventos, negócios, grupos e indivíduos locais —corrupção de governadores, escândalos conventuais, contrabando de farinhas, falta de moeda, aumento de impostos, confusões hierárquicas, rebelião de escravos , preços monopolistas dos gêneros, crise da lavoura açucareira etc.— a sátira põe indiretamente em cena a referência de cada um deles, citando seu sentido como interpretação prescritiva da significação das deformações cômicas. Figurando a compatibilidade entre as interpretações feitas pelos personagens satíricos em ato e os atos de interpretação das recepções empíricas diferenciadas, que conferem valor e sentido à representação,[1] a sátira não imita supostos "fatos" da empiria, mas encontra a realidade de seu tempo como dramatização metafórica de verossimilhanças e decoros partilhados pelos sujeitos de

[1] Chartier, Roger. "George Dandin, ou le social en représentation". In *Annales. Littérature et histoire*. Paris, Armand Colin, Mars-Avril 1994, p. 283, 49e. Année- no. 2.

enunciação e destinatários dos poemas.

Acumula duas funções simultâneas e complementares, como as que Robert Weimann propôs para as imagens do teatro de Shakespeare:[2] é *mimética* ou *representativa*, figurando assuntos do referencial do lugar segundo preceitos técnicos do gênero cômico reciclados da tradição retórico-poética grega e latina; e *judicativa* ou *avaliativa*, especificando nos estilos que constituem os temas e os destinatários as posições interpretativas que permitem receber e avaliar adequadamente as deformidades efetuadas. Com outras palavras, a representação encena os temas e, simultaneamente, os critérios técnicos construtivos da perspectiva pela qual devem ser avaliados. A dupla funcionalidade constitui dois tipos de destinatários textuais, *discretos* e *vulgares*, figurados como tipos intelectuais conhecedores dos preceitos aplicados (*discretos*) e ignorantes dos mesmos (*vulgares*). Assim, as agudezas ridículas ou maledicentes dos estilos especificam, na maior ou menor congruência semântica das sinédoques e metáforas que compõem retratos dos tipos satirizados, a superioridade do juízo do destinatário discreto, capaz de operar e refazer as distinções dialético-retóricas aplicadas aos conceitos dos poemas. Sinônimo do sujeito de enunciação, o destinatário discreto recebe a representação duplamente, como tipo apto a entender não só significação engenhosa dos temas, mas também a perícia técnica ou o artifício aplicado à sua formulação. Quanto ao destinatário vulgar, a sátira é composta *contra ele*, acusando-o de carência de virtudes, para a qual prescreve o sentido legal dos discursos institucionais como correção, e *para ele*, divertindo-o com vulgaridades sem regras aparentes do juízo.

As agudezas satíricas têm, assim, função política de conferir e negar distinção social, funcionando como dispositivo hierarquizador apropriado e deformado nas inúmeras variantes que compõem a movência oral própria de um gênero popular. No caso, a representação tem quatro articulações complementares: *1ª*. o uso, numa situação polêmica particular, condicionada material e institucionalmente, de signos figurando uma referência discursiva local; *2ª*. a produção de um efeito metafórico de presença da referência substituída pelos signos; *3ª*. a forma metafórica ou ficcional dessa presença ordenada pelos preceitos retórico-poéticos do gênero cômico; *4ª*. a posição hierárquica encenada na forma como posição social ou representação testemunhada pelo destinatário constituído na forma *como* representação.

A poesia assim inventada se inclui numa jurisprudência de "bons usos" da linguagem fundamentados nas autoridades retóricas e poéticas do costume anônimo. Ela se inclui naturalmente, segundo seus agentes, na concepção corporativa da monarquia absolutista fundada na teologia cristã de um *telos* ou *Causa final*, Deus, que hierarquiza e orienta providencialmente a experiência da natureza e da história segundo a analogia pela qual todos os seres são seus efeitos e signos. Fundada nesse *telos,* a hierarquia é doutrinada por seus principais teóricos jesuítas, Suárez e Botero, como unidade de integração do corpo político do Estado. Nessa integração, a liberdade

[2] Cf. Weimann, Robert. *Structure and Society in Literary History* (*Studies in the History and Theory of Historical Criticism*). Expanded edition. Baltimore-London, The Johns Hopkins University Press, 1984, p. 228.

dos indivíduos é definida como subordinação a papéis estamentais constituídos e limitados pelos privilégios. É nuclear, nessa definição, o conceito de "bem comum", doutrinado como a harmonia que nasce não só da imposição das leis, mas também do controle que os membros particulares devem impor-se a si mesmos, reprimindo os apetites, para obterem e manterem a amizade e a concórdia do todo do corpo político como unidade pública de paz. "Política" significa, no caso, uma arte de obter, manter e ampliar o poder, que opera em vários dispositivos, ordenando eticamente os corpos subordinados por meio do conceito mercantilista de "interesse", oposto às teses luteranas, maquiavélicas e hobbesianas: cada membro do corpo político do Estado deve contentar-se com o que é e faz, para garantir a paz do todo e os interesses particulares das partes. O auto-controle da vontade e da liberdade é realizado *publicamente* como representação, ou seja, como adequação decorosa da representação individual às formas institucionais impostas pelo aparato. Nas várias circunstâncias hierárquicas da vida de relação, o auto-controle se reproduz como representação das virtudes católicas anti-heréticas que mantêm, em teoria, a coesão pacífica do corpo político do Império. O alvo principal da vituperação satírica são ações que, por ameaçar e destruir tal coesão pressuposta, são constituídas como *contra naturam*, vício moral, heresia religiosa, erro político.

A sátira seiscentista desconhece, obviamente, a distinção iluminista-liberal de *público/privado,* que não existe ou não é nítida. A não-distinção de *público/privado* especifica os critérios corporativos que então definem o trinômio *autor/obra/público,* regido por uma teleologia diferente da teleologia nacionalista das histórias literárias produzidas a partir do século XIX. Os poetas seiscentistas têm a *posse*, no sentido do *Ticiano fecit* da pintura do tempo, mas não a *propriedade* das obras: inexiste o mercado como livre-concorrência das mercadorias "originalidade", "direitos autorais" e "plágio", não havendo controle dos autores sobre a publicação manuscrita, a cópia, a pirataria e a circulação dos poemas que inventam; assim, também não existe o "artista", como tipo social definido pela autonomia crítico-estética, expressão subjetivada, propriedade autoral e consciência infeliz. Produzida em circunstância cerimoniais e polêmicas, a poesia não se autonomiza dos usos utilitários como objeto de contemplação desinteressada, integrando-se imediatamente aos decoros das ocasiões solenes e conflitivas da hierarquia. Fundamentada na *mímesis* aristotélica, não tem autonomia de "objeto estético", pois não existe a divisão do trabalho intelectual do mundo burguês e as especializações dos regimes discursivos. Principalmente, nunca se autonomiza do princípio metafísico, a luz natural da Graça inata, que então subentende neo-escolasticamente a concepção de linguagem, as operações do juízo dos autores e o sentido providencialista conferido à experiência da história. E o público não é, como a partir do Iluminismo, a "opinião pública" dotada de representatividade democrática e iniciativa crítica específicas do interesse contraditório de uma particularidade ideológica. O público figurado na sátira é a totalidade mística do corpo político do Império metaforizada nos poemas como "bem comum" ou a esfera da manifestação pública do "corpo místico" do Estado, em que a liberdade dos indivíduos e grupos se define como subordinação à cabeça real e à hierarquia dos privilégios. O "público" é constituído e figurado *pela* representação

como representação de posições sociais subordinadas que, ao testemunhar a mensagem que lhes é endereçada, ratificam a hierarquia como membros subordinados, ou seja, também *como representação* subordinada ao sistema dos decoros.

Incluído nessa totalidade mística como membro subordinado, cada destinatário produzido na representação deve *re*-conhecer sua posição subordinada. A sátira reproduz metaforicamente aquilo que cada membro do corpo místico do Império *já é,* prescrevendo, simultaneamente, que ele *deve ser*, ou seja, persuadindo-o a *permanecer como o que já é*. O espaço público assim figurado como totalidade mística de "bem comum" é como um teatro corporativista em que se encena a subordinação hierárquica na qual se revela o próprio público para o destinatário particular como totalidade jurídico-mística de destinatários[3] integrados em ordens e estamentos subordinados. Justamente por isso, impõe-se à sátira e mais artes desse tempo a normatividade retórica e ética, que prescreve a imitação regrada de modelos, ou seja, a repetição das autoridades adequadas à representação verossímil e decorosa dos temas e tipos.

A indistinção de *público/privado* determina que *parecer algo*, como "filho de algo" ou "fidalgo", seja tão fundamental quanto *ser algo*, uma vez que os signos da posição social sempre são dados em espetáculo como evidência da mesma. Logo, o saber e o poder têm uma dimensão exterior e espetacular, na qual são aplicados e transformados segundo as conveniências e os conflitos que continuamente desestabilizam a hierarquia. Os dispositivos simbólicos da retórica aristotélica e latina que ordenam as artes são imediatamente *práticos,* figurando a unidade do "bem comum" do corpo político do Império e o auto-controle de suas partes como interiorização individual e coletiva da violência legal.

Nessa figuração, a *persona* satírica e mais personagens são inventados segundo os dois subgêneros aristotélicos do cômico, *ridículo* e *maledicência*. Os subgêneros aparecem referidos em um poema que estiliza e parodia boatos contemporâneos sobre Pedralves da Neiva, plebeu com foros falsos de fidalguia que chegou à Bahia por volta de 1690 e foi preso em cumprimento a uma ordem-régia: "Sejais [*sic*], Pedralves, bem vindo, / e crede-me, meu amigo, / que tudo, o que aqui vos digo,/ *ora é zombando, ora rindo*".[4]

Como se deve saber, a matéria do cômico é a feiúra humana, generalíssima. Aristotelicamente, divide-se em *feiúra do corpo* —subdividida em *feiúra não-dolorosa* (ou não-nociva) e *feiúra dolorosa* (nociva)— e *feiúra do ânimo*, subdidividida em *feiúra derivada da estupidez* e *feiúra derivada da maldade*.[5] A feiúra do corpo dolorosa e a feiúra do ânimo derivada da maldade são deformidades fortes que causam horror, objeto da maledicência da sátira; as outras duas, a feiúra do corpo não-dolorosa e a feiúra do ânimo derivada da estupidez,

[3] Merlin, Hélène. *Public et littérature en France au XVIIe siècle*. Paris, Belles Lettres, 1994, pp. 385-388.

[4] Matos e Guerra, Gregório de. *Obras Completas de Gregório de Matos e Guerra*. Crônica do Viver Baiano Seiscentista. Ed. de James Amado. Salvador, Editora Janaína, 1968, 7v, v. IV, p. 898. A partir de agora, as citações de poemas atribuídos a Gregório de Matos seguem esta edição, cujo título passa a ser abreviado por OC.

[5] Casteveltro, Lodovico. *Poetica*

deformidades fracas que causam riso, são objeto do ridículo da comédia. Em todos os casos, a feiúra física é metáfora ou alegoria da feiúra moral. Na sátira seiscentista, é comum, no entanto, que matérias ridículas sejam tratadas maledicentemente e vice-versa. Quando o poema aplica a prescrição "rindo" (*ridículo)*, constrói a *persona* satírica como um tipo civil que extrai das fraquezas alheias a ocasião para um divertimento irônico e levemente desdenhoso, que imita o modo horaciano da *satura*. Quando aplica o preceito "zombando"(*maledicência*), inventa a *persona* como um tipo vulgar que agride com sarcasmos e obscenidades. A matriz desse subgênero é a sátira de Juvenal, retomada nas cantigas de escárnio e maldizer da Idade Média portuguesa e nos séculos XVI, XVII e XVIII, em Portugal e no Brasil.

Para compor o feio, a sátira opera com três espécies de deformações correspondentes às misturas e deformidades da falta de unidade dos vícios. A mais rotineira consiste em produzir um misto estilístico, que figura o tipo satirizado com pedaços, metonímias ou sinédoques recortadas de vários campos semânticos contemporâneos: vassoura para o cabelo, tromba para a boca, agulha para o corpo, garras para as mãos, pés de pato para os pés, à moda dos *caprichos* de Bosch. Outra espécie de deformação amplifica uma parte do corpo. É rotineiro o nariz fálico, imitado de Quevedo, como o do governador Antônio Luís da Câmara Cotinho, que chega à praça duas horas antes que o dono. A terceira deformação é mais rara e consiste em autonomizar partes do corpo, dotando-as de vida própria que faz com que no mesmo indivíduo coexistam duas vontades ou duas naturezas contraditórias. Caso do nariz de cócoras na cara a praticar uma ação fisiológica indecente; ou fugindo para um túmulo distante da boca satirizada.

Sempre operadas como combinatória semântica de *animado* e *inanimado*, as deformações cômicas transferem as qualidades de um ser para outro, efetuando mistos sem unidade. Qualidades de animais transferidas para seres humanos formam seres monstruosos, como "padre caracol", "lombriga racional", "papagaio humano", "frade mula", "Frei sanguessuga", etc. A transferência de *inanimado para inanimado* forma representações como "a cara é um fardo de arroz... que é ração de um elefante [...] a boca desempenada é a ponte de Coimbra". Transferências de *animado para inanimado* produzem personificação: "Olhos cagões"; "Chato o nariz de cocras sempre posto"; "Os olhos dois ermitães/ que numa lôbrega estância/ sempre fazem penitência/ nas grutas da vossa cara". A transferência de *inanimado para animado* compõe significações equívocas, como as de poemas em que a narração dos cuidados com uma lancha que faz água alude a atos obscenos.

Os subgêneros *ridículo* e *maledicência* também compõem duas possibilidades de ação da *persona* satírica. Geralmente, esta aparece modelada como o *vir bonus dicendi*, o varão prudente e perito em falar da oratória romana, tipo virtuoso e indignado contra a corrupção do "bem comum" da Cidade conforme a afetação retórica de indignação, como no verso 79 da *Satura 1*, de Juvenal: "*si natura negat, facit indignatio versum"* ("se a natureza falha, a indignação faz o verso"). A *persona* do poema de Juvenal afirma que a ordem racional do universo está corrompida e que sua indignação causa o verso. Constituído como tipo irracional que também ignora o valor da disciplina poética, o personagem afirma que, por viver em um mundo caótico, fala caoticamente,

como se expressasse sua ira de maneira informal. Mas é *contrafacção*: artifício que afirma não haver artifício no que é dito artificiosamente. As paixões estão na natureza, porque são afetos da alma; poeticamente, contudo, não são informais, pois são afetos naturais representados retoricamente.[6]

Estudando a poesia satírica elizabetana, Kernan demonstrou que a *persona* dos poemas apresenta inconsistências e contradições[7] construídas retoricamente como cinco pares de tensões:

1. a *persona* afirma ser dada à simplicidade e à conversação humilde, criticando a afetação de vulgares, mas faz um uso extremamente complexo de técnicas retóricas para dizê-lo;
2. a *persona* afirma que é verdadeiro o que diz, mas distorce ações e descrições- por exemplo, quando amplifica as ações e as descrições de tipos viciosos, compondo-os como mistos monstruosos;
3. a *persona* vitupera o vício, mas demonstra inclinação pelo escândalo;
4. a *persona* afirma que sua crítica tem finalidade moral, mas demonstra prazer em rebaixar as vítimas, geralmente pobres diabos indefesos;
5. a *persona* afirma a própria racionalidade, mas adota posturas irracionais, como ira, vingança, luxúria, agressão, obscenidade etc.

Kernan demonstra que toda *persona* satírica tem algo de Jekyll e Hyde, como se tivesse uma personalidade pública e outra privada. Se aparecesse apenas com a personalidade pública, prudente e virtuosa, o esquematismo de seu caráter plano pareceria inverossímil, pois pouco complexo para lidar com o mundo caótico que acusa. Pela prescrição, é porque vive virtuosamente para a crítica dos vícios que a *persona* acaba adquirindo características que tornam suspeita sua pose de amante da virtude. Tais características são compositivas como os pares de tensões referidos e ordenam a sátira de Juvenal, a sátira medieval, renascentista e seiscentista, indiciando a longa duração da preceptiva. As poéticas seiscentistas que reciclam Aristóteles, como o "Tratado dos Ridículos", de *Il Cannocchiale Aristotelico*, de Emanuele Tesauro, as prevêem como técnicas para construir a ficção da *persona* como *persona dramática*, conforme a codificação da *satura* romana que, antes de ser um gênero poético, foi um gênero teatral.

Na interpretação antiga das inconsistências que constróem a *persona,* há duas vertentes recicladas até o século XVIII: a peripatética e a estóica. Segundo a versão peripatética, o satírico é um tipo nobre e honesto que se indigna contra os vícios e os viciosos que corrompem sua pátria. Logo, sua ira e agressão obscenas estão previstas. Na versão estóica, como a de Sêneca, no *De Ira*, a própria indignação é *in-digna*, porque irracional; logo, a *persona* satírica é um tipo vulgar, um

[6] Quando é ignorado o preceito técnico que constrói estruturas recebidas como ausência de estrutura, folclorizam-se as inconsistências retoricamente formuladas da *persona* da ficção poética como expressão da psicologia de um homem doente, canalha já nacionalista, Gregório de Matos.

[7] Kernan, A. *The Cankered Muse: Satire of the English Renaissance*. New Haven, Yale University Press, 1959.

louco vingativo. Só neste sentido, aliás, é que se aplica à poesia satírica, *ficção*, o "ressentimento" psicológico que se costuma atribuir ao homem Gregório de Matos e Guerra desde o século XIX. Um "ressentimento" a ser definido não como expressão psicológica, mas como aplicação técnica de afetos de um caráter ou *éthos*.

Os lugares comuns aplicados para construir o caráter ora virtuoso, ora vicioso da *persona* satírica também se aplicam à composição das personagens satirizadas. Como na sátira de Juvenal, a sátira seiscentista aplica lugares de pessoa (*loci a persona)* do gênero epidítico, próprios para vituperar. Os lugares funcionam como argumentos genéricos preenchidos pelos temas estilizados e parodiados dos discursos institucionais e informais da Bahia do século XVII. Por exemplo, o lugar genérico e indefinido, "Se o tirano governa bem", é preenchido pela questão definida, formulada como metaforização de informações dos discursos locais, "Se o governador Souza de Meneses, o Braço de Prata, governa bem a Bahia em 1683". Considerando o uso dos lugares, a leitura dessa poesia deve prever duas coisas: de um lado, o conhecimento dos lugares comuns, sem os quais ela aparece como "original" e "criativa"; de outro, o conhecimento da formulação particular que preenche os lugares comuns, sem a qual aparece como "mecânica" e "plagiária". Tem-se de considerar que o autor do poema, não importa quem tenha sido, tornou o lugar comum genérico e indefinido em algo particular e definido, quando o integrou a uma situação de uso específico, como é o caso dos discursos sobre amores de convento que circularam na Bahia no final do século XVII.

Em 18 de março de 1690, o rei D. Pedro II enviou uma ordem-régia para Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, então vice-rei do Estado do Brasil:

> Governador do estado do Brasil Amigo.
> Eu El Rei vos envio muitos saudares. Ao Arcebispo dessa cidade mando recomendar se reformem as grades dos conventos das freiras pondo-se em distância de seis palmos de grossura e tapando-se em redor dos locutórios de pedra e cal que é o mesmo que os Prelados Regulares e ordinários têm mandado executar nos conventos das Freiras da sua obediência neste Reino, recomendando-lhe também o grande cuidado que deve pôr para que se evitem todas as amizades ilícitas escandalosas com as Religiosas desse Convento e vos recomendo muito que eviteis semelhantes amizades pelos meios que vos for possível, não só por aqueles que mandam as leis mas todos os que a prudência vos ditar, para que as Religiosas vivam sem inquietação alguma espiritual causada por pessoas seculares ou eclesiásticas e quando o Arcebispo (o que eu não espero do seu grande zelo e virtude) falte em proceder contra as pessoas da sua jurisdição que nesse convento tiverem amizade ou trato ilícito me o fareis presente e quando não lhe dê remédio conveniente me dareis conta, mandando primeiro tomar alguma informação quando não conste das devassas que se tirarem judicialmente [...] e para o Arcebispo fazer a reforma que lhe recomendo lhe dareis toda a ajuda e favor até que

com efeito se consiga. Escrita em Lisboa, 18 de março de 1690. Rei.[8]

Em 19 de junho de 1691, o Governador respondeu, prestando contas dos "remédios convenientes" que aplicara ao Convento de Santa Clara do Desterro. Sua carta reitera o que então propunham outras autoridades de Salvador, como o arcebispo e prelados regulares, evidenciando a posição oficial quanto ao assunto das visitas masculinas ao convento e as "amizades ilícitas" das freiras:

> Por carta de Vossa Majestade de 18 de março do ano passado me manda Vossa Majestade saber se as grades dos locutórios das Freiras estão em distância de seis palmos craveiros, tapando-se as rodas dos locutórios de pedra e cal que é o mesmo que os Prelados Regulares ordenaram; e se tem mandado executar nos Conventos das Freiras das Freguesias e juntamente não consinta haver amizades ilícitas no Convento das Freiras desta Cidade, e que além das leis que nesta matéria estão postas, o evitem pelo caminho que mais medita a prudência, ajudando ao Arcebispo nesta matéria em tudo o que estiver no meu poder. As grades estão como Vossa Majestade manda. As rodas do locutório fechadas. As Freiras vivem, como convém, de que tenho particular cuidado; assim pelo que toca ao serviço de DEUS, como ao mandato de Vossa Majestade. E enquanto eu governar segure-se Vossa Majestade que nesta parte pode estar sem cuidado; porque todo o meu desvelo, é não faltar um ponto ao que Vossa Majestade me manda.[9]

Em 1677, quando foi fundado em Salvador o Convento de Santa Clara do Desterro, abriram-se 50 vagas para freiras de véu preto e 25 para as de véu branco. As 50 de véu preto destinavam-se a "mulheres de representação", filhas dos "melhores" ou "homens bons" do local, tendo sido imediatamente preenchidas. Nenhuma das 25 de véu branco foi solicitada, porém, pois eram destinadas para jovens que não poderiam fazer os votos, devendo ocupar-se de trabalhos manuais, como a limpeza do convento e a cozinha, definidos como próprios de pessoas de condição inferior. Em 12 de agosto de 1688, o Senado da Câmara de Salvador encaminhou uma carta ao rei, solicitando-lhe que transformasse as 25 vagas de véu branco não-ocupadas em vagas de véu preto. A carta fornece razões para o pedido, alegando principalmente que muitas mulheres nobres e autorizadas de Salvador tornavam-se religiosas por falta de dotes para se casarem:

> Vossa Majestade [...] prometeu esta concessão com número de Cinquenta Religiosas de Véu Preto, e vinte e cinco de Véu Branco, que também são Religiosas, mas como não têm voto,

---

[8] Accioli, Ignacio e Amaral, Brás do. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1925, v. II, p. 258.

[9] Coutinho, Antônio Luís Gonçalves da Câmara. "Carta para sua Majestade sobre as religiosas do Convento de Santa Clara- 19/06/1691". In *Livro de Cartas que o senhor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho escreveu a Sua Majestade, sendo governador, e capitão geral do Estado do Brasil, desde o princípio de seu governo até o fim dele (Que foram as primeiras na frota que partia em 17 de julho do ano de 1691)*, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ).

> até hoje não houve mulher alguma que intentasse algum desses lugares. E porque o número das Cinquenta de Véu Preto está completo, e ficaram que as pessoas nobres, filhas de Cidadãos que têm servido, e servem a Vossa Majestade sem recurso para entrarem, Motivo que nos obriga a pedir a Vossa Majestade como em remuneração dos Serviços [...] nos permita Vossa Majestade conceder faculdade para que os Vinte e Cinco lugares que se deram para as mulheres de Véu Branco se comutem em que sejam todas de Véu Preto porque desta Sorte não se acrescenta o Número da Concessão, nem se falta ao remédio de muitas mulheres nobres e autorizadas, que por não terem dotes competentes para casarem, se acomodam ao de Religiosas.[10]

Em uma carta de 25 de julho de 1695, os oficiais da Câmara tornaram a solicitar "mais trinta lugares", afirmando que os pediam por causa da "[...] desconsolação que têm as filhas dos homens nobres de irem a ser Religiosas nesse Reino, e Ilhas, sendo dobrada a despesa, e incômodos; e mais que tudo o Risco do mar, do Mouro, e Vidas".[11] Na mesma carta, os senhores oficiais reiteram que falam em nome das "[...] amiudadas lágrimas de muitas mulheres filhas da principal Nobreza"; a principal causa alegada para o pedido de mais vagas são "seus poucos cabedais". Desejam exclusividade: "[...] que não seja mais que para as filhas dos que servem, e têm servido a Vossa Majestade, na ocupação de Vereador, ou Juiz".

No caso, a reclusão *social*, mais que sexual ou religiosa das mulheres, visava a garantir "[...] estas casar [...] com homens de maior esfera do que muitas são". A carta revela o temor dos pais de que viessem a casar-se com maus partidos. Por exemplo, com soldados do Terço da Infantaria acantonado no Forte de São Pedro, em Salvador, desde as guerras holandesas de 1640. Mais de 2000 homens estavam alistados no Terço; em sua maioria, negros alforriados, mulatos e brancos pobres ou plebeus. Se as moças de representação conseguem vagas no convento, afirmam os oficiais da Câmara, "[...] se evitarão as Ruínas que podem suceder a muitas mulheres nobres por não terem seus Pais com que as possam mandar como outros fizeram, e menos para as Casarem com Pessoas de igual qualidade".

No final do século XVII, os oficiais da Câmara de Salvador eram, quase sempre, representantes diretos dos interesses dos senhores de engenho e dos lavradores de cana produtores de açúcar. Como "homens bons" locais, buscavam como vereadores a distinção de fidalgos cortesãos e pressionavam a Coroa, tentando garantir o privilégio do véu preto para as filhas e parentas. No caso, o imaginário da nobreza, a alegação da falta de dinheiro, a destinação do mesmo para o filho primogênito, o medo das viagens por mar, dos ataques de piratas, dos resgates dos cativeiros em Argel e outros lugares do norte da África são os principais argumentos empregados na concorrência com outros pretendentes a ter filhas no convento. Pode-se supor a avareza, além da pura ênfase persuasiva, própria de cartas deliberativas:

---

[10] "Carta do Senado da Câmara de Salvador (12/8/1688)". In *Cartas do Senado: 1684-1692*. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1953, v. 3, p. 58 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal).

[11] "Carta do Senado da Câmara de Salvador (23/7/1695)". In *Cartas do Senado: 1692-1698*. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1959, v. 4, p. 54 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal) .

> ...por andar a Nobreza pobre, e desgraçada, assim se experimenta com grande lástima, e mágoa choram todos os homens Nobres, e temem se arruinem suas honras, vendo preferir às suas filhas as dos homens de menor Condição, sem utilidade, ou Crédito do Convento.[12]

Em Portugal, a admissão das moças era pautada por critérios de "limpeza de sangue", um conjunto de provas de que os "quatro costados", os avós paternos e maternos da jovem, nada tinham das "raças infectas de mouros, árabes, judeus, negros e mulatos". A simples admissão era representação, ou seja, um atestado público da brancura ortodoxa pretendida pela família da religiosa. Ter filha em convento era signo imediatamente distintivo de posição superior, pois testemunhava a "limpeza de sangue" da origem familiar. Assim, numa terra de índios, pretos e mulatos, muitos "homens bons" com ascendência cristã-nova ou africana viam-se obrigados a mandar as filhas para Portugal, onde a admissão era pautada por critérios menos rígidos que os da Bahia. Afinal, em Portugal, como escrevia o inglês Costigan, na segunda metade do século XVIII:

> ...a nobreza é muito pobre, e como é demasiado orgulhosa para tratar de ganhar a vida, ou para dar suas filhas em casamento a pessoas inferiores a elas, não tem outro recurso, segundo julga, senão mandá-las definhar para um convento, sem consultar suas tendências, de preferência a casá-las, e sem pensar a que acidentes expõe as suas constituições físicas.[13]

Em 1739, o Conde das Galveas, então Governador Geral do Brasil, escreveu ao rei contando que, nos quatro anos do seu governo, tinha havido apenas dois casamentos de gente de representação na Bahia, uma vez que todas as moças nobres ou ricas iam para o convento.[14] Segundo o Conde dos Arcos, em carta ao Conde das Galveas, a Bahia era uma "terra de hotentotes". Com a expressão, referia-se ao costume de isolamento social —mas não sexual— das mulheres fidalgas ou pretendentes à posição de fidalgas. Dizia então que os pais metiam as filhas em reclusão "[...] com o pretexto de falta de casas de educação, mas com o fim delas não casarem com oficiais da guarnição".[15] Russel-Wood propõe, com humor:

> Numa terra de mulatos e cristãos-novos, há poucos homens bons solteiros e os oficiais do Terço da Infantaria disponíveis são péssimo partido, equivalente à perda da virgindade das moças. Pior que ela, aliás, porque afinal sempre se pode encontrar um nobre arruinado, disposto a não pôr reparo no pequeno detalhe anatômico em troca de um belo dote.[16]

As jovens que conseguiam ingresso com véu preto no convento de Santa Clara do

---

[12] *Idem*.

[13] Azevedo, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador.*3 ed. Bahia, Itapuã, 1969, p. 179.

[14] Accioli, I./Amaral, Brás. *Memórias Históricas e Politicas da Bahia.* Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1926, vol. II, p. 126.

[15] Azevedo, Thales. *Op. cit.*, p. 179.

[16] Russel-Wood, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericordia da Bahia 1550-1775.* Brasília, UNB, 1981, p. 254.

Desterro nas décadas finais do século XVII não se desterravam do mundo nem morriam para ele. Há evidências de que viviam. E muito. Cada freira do véu preto podia ter escravas e, muitas vezes, duas ou mais empregadas, geralmente moças órfãs pobres; algumas vezes, as religiosas de véu preto se dedicavam aos negócios, emprestando dinheiro a juros, vendendo e alugando terras ou investindo em ações de navios negreiros. Provavelmente, nenhuma das freiras das Claras Pobres de Salvador tenha tido os volumes que, na mesma época, Sor Juana Inez de la Cruz possuía em sua cela no México, nem o prodigioso conhecimento de línguas, pintura, astronomia, filosofia, teologia, retórica e poesia da religiosa mexicana,[17] cuja obra vem sendo magnificamente estudada por José Pascual Buxó. Mas eram riquíssimas, famosas pela beleza e pela sempre alegada pureza racial e, principalmente, pelos divertimentos que organizavam no convento durante o carnaval. Um viajante francês, Le Gentil de la Barbinais, escreveu em seu *Nouveau Voyage* sobre as poses pouco convenientes dos atores de uma peça a que assistiu no Convento do Desterro em 1717.[18]

Moral da aparência e aparência da moral, enfim, em que *parecer* fidalgo é fundamental, como acusa a sátira que circula no lugar nas duas décadas finais do século XVII. Na Bahia de então, sempre era possível a um cristão-novo enriquecido nos negócios das drogas da Índia ou do tráfico de África achar a brecha oportuna para a ascensão social e o ócio, obtendo pelo dinheiro e foros falsificados de fidalguia, que então se vendiam em Lisboa, o que os estereótipos da "limpeza de sangue" e da "gente baixa" oficialmente impediam ou dificultavam: tornar-se "homem grande"; abrir engenhos no Recôncavo; comprar casas na Cidade Alta, lançando sombra sobre os sobrados vizinhos; vestir roupas fidalgas de seda e veludo; andar a cavalo; acompanhar-se de escravos caros da nação Mina cobertos pesadamente de adornos de ouro na missa dos domingos; e vir a ser vereador da Câmara, o que também então era "notável dignidade". Como acusa um poema, o arrivista podia coroar a carreira casando-se com uma donzelíssima donzela local metida pelo pai no Convento do Desterro:

> Começam a olhar para ele
> os Pais, que já querem dar-lhe
> Filha, e dote, porque querem homem,
> que coma, e que não gaste
> (OC-II-p.431).

Como disse, a sátira que circula em Salvador nas duas décadas finais do século XVII dramatiza em registro deformante os discursos institucionais e a murmuração informal sobre os assuntos do convento. Eles envolvem, por sua vez, a relação das freiras com as várias castas de freiráticos —fidalgos, arrivistas, discretos, padres, frades e mais homens dispostos a penetrar no Desterro. O "amor da freira", sabe-se, é uma tópica corrente em burlas, *fabliaux* e facécias medievais. Na tópica, a misoginia do *eu* satírico e os qüiproquós do sexo ilícito da freira com o

[17] Boxer, C. R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica 1415-1815.* Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 49.
[18] Cit. por Russel-Wood, A. J. R. *Op. cit.* p. 245.

freirático são preceitos para o riso. É o que se dá, em Portugal, com o tema da "abadessa grávida", que ocorre no *Orto do Esposo,* ou na sétima cantiga das *Cantigas de Santa Maria,* de Afonso X. O lugar comum difundira-se no século XVI e XVII pelos livros de cortesãos e na poesia. Baldassare Castiglione, por exemplo, refere-o em *Il Libro del Cortegiano,* de 1528.

Na sátira baiana, a tópica do amor freirático é preenchida pelo referencial dos discursos locais, cujos valores semânticos e pragmáticos refratam-se metaforicamente nos temas e motivos em várias posições e registros institucionais e informais conflitantes, como os da honra sexual, do interesse econômico, do prestígio, do isolamento social, dos preceitos da agudeza cortesã, da competição de seculares, eclesiásticos, fidalgos e vulgares pelos favores eróticos da freira etc. Uma das maneiras mais usuais de composição da sátira ao amor freirático é a dramatização dos boatos de visitas masculinas ao convento. A matéria dos poemas é extraída de discursos locais sobre escândalos, cenas de ciúmes, conflitos amorosos e, muitas vezes, objetos inesperados que a freira enviou para o amante e, ainda, as traições da religiosa, segundo a tópica do "corno". Conforme a sátira, a freira costuma manter e explorar vários amantes; os frutos do amor ilícito são filhos enjeitados na roda dos expostos à caridade pública.

Reiterando metaforicamente os discursos oficiais sobre o assunto ou deslocando-os obscenamente, a sátira do amor freirático mimetiza os preceitos do amor cortesão e suas técnicas eróticas, mas muda-lhes o registro galante no estilo baixo, substituindo o encômio pelo vitupério. A mudança inclui a freqüente paródia da lírica amorosa e dos lugares comuns do petrarquismo; a difamação, o insulto, a imitação obscena da troca de correspondência e alimentos entre o convento e o exterior; a composição de poemas obscenos sobre partes estratégicas dos corpos do freirático e da freira; objetos escatológicos e fálicos, como a panela de doce com excrementos e as variadas definições perversas de Priapo; os versos maliciosos sobre o beija-flor, conhecido na Bahia do século XVII como "pica-flor"; os trocadilhos jocosos com os diversos nomes de órgãos sexuais usados nas inúmeras ordens religiosas; o ato que, como se dizia em Portugal e no Brasil no século XVII, "[...] na grade se gasta de tarde, nos casados de noute, nos namorados quando podem, nas putas a toda a hora",[19] etc. Outros lugares comuns tradicionais, como os da gula, da luxúria, da usura e simonia do clero, são cruzados com a tópica do amor freirático, produzindo-se a desproporção monstruosa dos vícios dos religiosos paralelamente à apologia do erotismo de discretos seculares, caracterizados como tipos agudos,"modernos", que portam longas cabeleiras de cachos empoados de polvilhos, têm por hábito dar piparotes no nariz de acompanhantes como signo de posição fidalga, conseguindo penetrar no que a sátira chama de "convento conversativo". Como a sátira afirma e a carta de Câmara Coutinho dá a entender, não propriamente para conversar. As providências de "pedra e cal", como informa o Governador na carta para o rei, fazem crer que, no momento em que escreve, "As Freiras vivem como convém". Aparentemente, algo não penetra mais no convento: as grades estão colocadas na medida exigida pelo rei, a pedra e a cal fecham a roda nos locutórios, as freiras estão finalmente no desterro, sem as trocas galantes

[19] *Resposta de hua pergunta que se fez a hum certo homem por hua freyra em que lhe preguntava que cousa era Frangalho*. MS 128, fl. 95, Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, Col. Pombalina.

das rodas, sem os sussurros agudos dos ralos, sem os braços arregaçados da grade, proibidas de ter "amizades ilícitas" e algo mais.

Tanto a ordem-régia quanto a carta de Câmara Coutinho se apresentam ordenadas segundo três temas, que são dramatizados de modo desigual na sátira contemporânea. Um deles é o da *conveniência*, proposta em chave típica da prudência da "política católica" portuguesa como representação, moral da aparência e aparência da moral. Conforme a posição oficial —a Coroa, o Governador Geral, o Arcebispo, os prelados regulares, alguns Oficiais da Câmara— a conveniência deve ser mantida a todo custo, garantindo-se a honra devida à posição das religiosas e evitando-se a murmuração da plebe. Pode-se supor, pela leitura dos documentos da Câmara de Salvador, que esta seria também a posição dos pais afidalgados ou quase lá. O segundo tema da carta e da ordem-régia é o da *ilicitude* das "amizades", segundo a mesma conveniência e seu código de honra e os vários motivos sexuais, religiosos e econômicos associados. O terceiro tema é o da *interdição*, resultante da intersecção do discurso da ilicitude pelo discurso da conveniência. A interdição aparece concretizada na medida do Governador, que ordena tapar as rodas com pedra e cal. Em uma sátira contemporânea, a interdição governamental aparece metaforizada como "pecados de pedra, e cal" (OC- II, p. 264). Outra sátira, dirigida a um padre local acusado de também roubar o Convento, mais uma vez metaforiza "pedra e cal" com uma referência irônico-erótica à "santa sede" das freiras:

As Freiras, com santas sedes,
saem condenadas em pedra,
quando o ladronaço medra
roubando pedra, e paredes
(OC-II- p. 264).

Na sátira, a enunciação da *persona* satírica, quando esta é construída como tipo prudente que vitupera os vícios, metaforiza o discurso oficial da conveniência e da interdição. Como um ator móvel, a *persona* ocupa metaforicamente vários lugares e posições da hierarquia. No caso de sua formulação como tipo prudente, o primeiro desses lugares metaforizados é o lugar institucional por excelência, a ordem-régia, de onde vêm as medidas de controle das "santas sedes" das religiosas. Um romance satírico que trabalha com duas versões do mesmo tema, opondo-as por meio dos refrões "Boa história" e "Boa asneira", metaforiza a conveniência econômica dos pais que põem as filhas no convento, validando a instituição do morgado ou a transmissão do nome de família e da herança por meio do filho primogênito:

Que o Pai pela descendência
do filho, ou do seu aumento
meta a filha num convento
freira da conveniência:
que não faça consciência,
se a casá-la o persuade,

de lhe forçar a vontade,
e com ordem peremptória!
Boa história
(OC- II- p. 489).

A versão oposta é irônica, representando a conveniência da interdição das visitas masculinas ao convento; no caso, a enunciação da *persona* satírica simula a murmuração popular sobre a personagem do freirático. A sinédoque "cabeleira" que o caracteriza também define a ordem ou o estamento a que pertence: tem a representação de tipo afidalgado, discreto, agudo e dissimulado, provavelmente rico o suficiente para manter várias amantes no convento. No caso, o discurso da *persona* satírica é homólogo ao de governadores, como o do Conde dos Arcos, e acusa não propriamente o costume paterno de encerrar as filhas no convento, mas a avareza que muitas vezes os leva a expô-las às situações de pecado:

Mas que o Pai, que a filha tem
única, a não vá casar,
por não se desapossar,
se dote lhe pede alguém:
que faça com tal desdém,
que a filha ande às furtadelas
buscando pelas janelas
alguém, que traz cabeleira!
Boa asneira!
(OC- II- p. 489).

Como se viu, a *persona* satírica não é personagem simples, pois nela convergem várias representações contemporâneas. Muitas vezes, a *persona* é o freirático, que enuncia discursos maledicentes contra a freira porque esta, comprometida com outros homens, não atende o seu desejo exclusivo. Ou é um tipo falastrão, que conta vantagem, segundo um hábito fidalgo, jactando-se para todos de fora do convento a respeito do que afirma experimentar dentro. Sua ação representada é análoga à do freirático descrito por frei Lucas de Santa Catarina na "Carta 14", que persuade aos freiráticos que o não sejam: "[...] só porque digam que tem freira, venderá a camisa por uma hora no ralo" e, ainda, "[...] fica muito satisfeito quando tem a ocasião de conversar com a servente".[20]

No lugar semiótico da *persona* satírica, assim, também os dois discursos oficiais contemporâneos se interceptam: o da *conveniência*, oficial e paterna, que postula a interdição das

[20] Santa Catarina, Frei Lucas de. "Carta 14 de Frei Lucas de Santa Catherina em que persuade aos Freiráticos, que o não sejão. Quartel de Desenganos, e Advertencias Freiraticas, para todo o Padecente de Grade, Martir de Roda, e Paciente do Rallo. Pelo Inventor dos Sonhos, e Revedor dos Alentos", in Rodrigues, Graça Almeida (org.). *Literatura e Sociedade na Obra de Frei Lucas de Santa Catarina(1660-1740)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 189.

"amizades" conventuais; o da *ilicitude*, defendido pelo freirático. Conveniência moral e ilicitude transgressiva são complementares, no caso, explicitando-se mutuamente quando a *persona* dramatiza uma e outra.

O que é, propriamente, o "amor freirático"? Por definição, um amor político, uma relação erótica excludente, pois não entram no "convento conversativo" os tipos e os modos vulgares da "gente baixa", dos "sujos de sangue" e dos ofícios mecânicos. Além das razões institucionais, de estatuto jurídico e de "limpeza de sangue" das mulheres, na sátira que circula na Bahia o fator econômico é determinante da exclusão de não-fidalgos e, principalmente, de não-fidalgos pobres, pois é extremamente dispendioso fazer a corte às freiras: "se o freirático tem faltas de respiração na bolsa, ou se é esfaimiado de algibeira, não é fácil de admitir-se, nem tem feição".[21]

As freiras são discretas e fazem contínuos petitórios; exigem que o freirático vá visitá-las vestindo chapéu de plumas e casaca inglesa agaloada para comédias, com fitas, lenços, espadim, gola de renda de fina volta, brincos de barrocos, cabeleiras com polvilhos etc. Na Quaresma, o freirático tem que contribuir para capelas de anjos, espadas para penitentes, vestes para as irmandades, alimentos[22] etc. O amor da freira rica e afidalgada tem o ritmo das convenções da discrição cortesã: mesuras, salamaleques, agudezas da aparência em que o gesto estudado dissimula o desejo bruto, enovelando-o em galanterias, mimos, presentes, donaires, lembranças, agradinhos. No caso, a sátira toma posição, defendendo a exclusividade da presença do "secular entendido" nos conventos. Por "secular entendido", propõe o secular secular discreto e o comedimento dissimulado de suas finezas corteses, tentando vetar a concorrência de homens do clero que fizeram votos de abstinência:

O secular entendido,
encolhido e mesurado,
não pede de envergonhado,
não toma de comedido:
cortesmente de advertido,
e de humilde cortesão
declara a sua afeição,
e como se agravo fora,
chama-lhe sua Senhora,
chama-lhe, e pede perdão
(OC-IV- p. 857)

A interdição materializada na pedra e na cal que fecham o ralo e a grade na carta do Governador torna-se, assim, um objeto discursivo a ser transposto com engenho e arte pelo desejo do freirático. Na medida em que são os pontos de contato dele com a freira e, ao mesmo tempo, lugares de exclusão ou interdição, o ralo, a roda e a grade são sobredeterminados eroticamente.

[21] *Ibid.*, p. 200.
[22] *Ibid.*, p. 190.

Para eles é que convergem os corpos dos freiráticos, neles é que aguardam os corpos das freiras; neles, enfim, é que ocorre o ilícito e, na sátira, quase sempre o obsceno. Logo, no ralo, na roda e na grade vários códigos se condensam- religioso, sexual, racial, jurídico, econômico, retórico... No caso da poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra, também comparece a tópica etária: muitas vezes, a *persona* satírica é um velho que se dirige à freira com ameaças e insultos, acusando-a de fazer pouco de sua fome:

> Rogo ao demo, que vos tome,
> por deixar morrer à fome
> um pobre faminto velho:
> rogo ao demo, que ao seu relho
> vos prenda com força tanta,
> que nunca arredeis a planta,
> e que a espinha muita, ou pouca,
> que me tirastes da boca,
> se vos crave na garganta
> (OC-IV- pl. 875).

Na sátira, o termo "ralo" nomeia uma lâmina de latão ou cobre com furos; geralmente quadrada, incrusta-se numa porta ou janela à altura do rosto, permitindo que se fale de um aposento para outro sem que os falantes se vejam, mantendo-se porta ou janela convenientemente trancadas, para evitar o melhor. Na sátira, a freira costuma usar um banquinho para alcançar a altura do ralo e conversar: "quando a Freira sobre o banco/ no ralo me aguardará"(OC- IV-p. 859). Depois da fala do ralo, vai-se para a ação da grade, as barras de ferro que separam os visitantes das freiras no locutório do convento. A grade separa e ao mesmo tempo une braços arregaçados em um "ofício": "Daí para a grade iremos,/ e apenas terei entrado,/quando o braço arregaçado/ aos ofícios nos poremos"(OC- IV, p. 859). Quanto ao termo "roda", nomeia uma espécie de armário provido de um mecanismo giratório que é montado numa janela ou na grade, movimentando-se para dentro e para fora. Nas prateleiras da roda, o freirático manda para dentro do convento as metonímias do seu desejo —prendas, flores, bilhetinhos, fitas, lenços, açúcar, cartas, relógios, anéis, brincos, holandas, livros e poemas— sempre hierarquizadas conforme o grau do seu amor e a intensidade do seu desejo de persuadir a freira a realizá-lo. Na roda também saem as prendas da freira- geralmente, os famosos doces de ovos e açúcar que prepara e que, provados pelo freirático, tornam-se suavidades metafóricas ou alusivas das doçuras do amor. A sátira as inverte obscenamente, substituindo "doces" e "flores" por "cará", termo que nomeia o tubérculo que permite o trocadilho com o termo obsceno; por "chouriço", com óbvia conotação fálica; ou "vermelho", peixe tropical cujo nome também é muito apto para formulações equívocas. E, muitas vezes, "camarões", excremento, como alegoria do radical desprezo da freira pelo amante, qualificado com o não-valor absoluto entre os mais baixos dos vulgares. Alguns exemplos:

Trocai o doce em favor,/ e curai meu mal tão grave/ co' aquela ambrosia suave,/ com que foi criado o Amor"(OC-IV- p.869); [...] tenho por má caridade/ dardes vós, Freira, um *cará* (OC- IV- 875); [...] vós tendes melhor partido,/ mais liberal, e mais franco,/pois como em real estanco/ tal seguro vos prometo/ que por um *chouriço preto*/ heis de levar o meu branco" (OC- IV- p. 878); Assim como isto é verdade,/ que pelo vosso conselho/ perdi eu o meu *vermelho*,/ percai [*sic*] vós a virgindade:/ que vo-la arrebate um frade (OC- IV- p. 874); Descobristes a intenção,/ e o desejo revelastes,/ quando *o cará* encaixastes,/ a quem vos pedia pão"(OC- IV- p. 875), etc.

A roda, o ralo e a grade são, assim, aberturas equívocas, lugares de penetrações erótico-obscenas falas, mãos e braços tentando alcançar e juntar corpos separados. Como disse, a sátira representa negativamente as tentativas de penetração do convento quando são feitas por freiráticos religiosos:

Sofrer-se-á isto em Argel.
que um convento tão novel
deixe um leigo por um Frade?
que na roda, ralo, ou grade
Frades de bom, e mau jeito
comam merenda e eito,
e estejam a seu contento
feitos papas do convento,
porque andam co papo feito?
(OC-IV- p. 855).

O desejo do religioso torna-se totalmente explícito:

Em chegando à grade um Frade
sem mais carinho, nem graça,
o braço logo arregaça,
e o trespassa pela grade:
e é tal a qualidade
de qualquer Frade faminto,
que em um átimo sucinto
se vê a Freira coitada
como um figo apolegada,
e molhada como um pinto
(OC- IC- p. 856).

Segundo a sátira de frei Lucas de Santa Catarina, que aplica as mesmas tópicas da sátira que circula na Bahia, o freirático é "louco de Cupido" que caça "harpias". Como ave de rapina, propõe frei Lucas aplicando o preceito medieval de composição do tipo com lugares de

misoginia, a freira é sempre movida pelo cálculo. Por constraste, a caracterização cômica do freirático e suas ações é muito viva: "hidrópico de humor freirático", chega ao convento e entra risonho, trocando as pernas em sinal de cortesia, com mesuras de A de pé direito. Ergue a cabeça bem alto, para fazer mais airosa a cabeleira de cachos que descem até à cintura; calça botas de cano longo e faz tinir esporas de prata, porque assim é mais fidalgo. A mão direita brinca no cabo do azorrague, a esquerda vai como prego para o chapelão de plumas de avestruz, pois assim o vulto fica mais galante, principalmente quando traz todo desabotoado o casacão cor de pimentão com fundos de flor de lis, deixando aparecer a camisa de folhos e a gola de renda de fina volta. Com mesuras, dirige-se à freira, que já está posta na grade. Enquanto o aguarda, ela fabrica donaires com sinais do beicinho e, como então é usual por entre as mulheres aristocratas portuguesas, fala tiple, em falsete, fazendo carinha de nojo, que deixa o rostinho grave, afidalgado, e mais difícil o favor que talvez vá conceder. Segundo a sátira de frei Lucas, a freira aguarda o freirático "assada pelo que deseja, e não pelo que espera". Quando chega à grade, ele deixa descair os braços, põe-se de joelhos e, dirigindo-se a ela, sempre começa a fala por um "Minha Senhora". O amor se compõe de gestos: o freirático arreganha a boca, pontuando com o franzir dos lábios a intensidade da paixão; torce o pescoço para os lados, simulando inquietude; senta-se de arremesso, abrindo bem as pernas e, com caretas que representam a variedade dos afetos, puxa a caixeta de tabaco enquanto diz algo graciosamente agudo, com risinhos secos que pontuam com malícia o fim da frase. Há um ritual para os ciúmes, reais ou fingidos, e deve ser cumprido à risca: a freira esteve conversando com outro freirático? aguardava-o ansiosa? sobressaltou-se com o atraso? ficou feliz quando chegou? morreu de saudade? chorou quando foi embora? pensa nele sempre? ama-o? morreria por ele ? viveria sem ele? é mesmo eterno seu amor?

Na descrição de frei Lucas, a freira ou as freiras são "umas patas, e uns bicos, com decotados, e uns repolegos que não é possível deixar de fazer tédio ver uma cara metida de golinha perpétua com dois abanos por orelhas, duas sacolas por manga, e um lençol por cauda".[23] O freirático, porém, que "anda metido em um labirinto de ciúmes, em uma Babilônia de pensamentos, e em uma confusão de receios", não sente tédio algum, pois arde do desejo de outra cena, como na sátira atribuída a Gregório, que é cena radicalmente explícita:

> Tratai de me fartar esta vontade
> em uma grade, como em uma boda,
> Que é pouco em cada mês uma só grade
> (OC-IV-p.850).

A própria limitação da clausura é, assim, liberdade virtual do erotismo da freira:

> Senhora Mariana, em que vos pês,
> Haveis de me pagar por esta cruz,
> Porque nisto de cornos nunca os pus,

[23] *Ibid.*, p. 192.

E sei, que me pusestes mais de três (OC- IV, p. 863),

ironiza-se a *persona* satírica de um poema atribuído a Gregório de Matos que emula outro de D. Tomás de Noronha, dirigido a uma freira portuguesa, Sór Dona Bárbara.

O imaginário masculino da traição, que faz do amante um corno, segundo a tópica do insulto típica da sociedade ibérica fundada na transmissão do nome de família pelo sangue paterno, tem formulação irônica de sentença moral na sátira de frei Lucas:

> [a freira] acaba de falar convosco, e vai logo para dentro coçar-se com a mana, se não tem mais meia dúzia de amantes, que muitas vezes vós os sustentais à vossa custa; que as freiras são primorosas com uns, com as despesas dos outros.[24]

O risco que todo freirático corre é, portanto, ser discreto fora, ou conhecido como entendido no amor conventual, e ser burro dentro, como objeto do escárnio da freira: "Andar um homem cá fora estazado de amante, e lá dentro nomeado por burro", diz frei Lucas. Na sátira atribuída a Gregório:

Que alguém pague às espias
para ter Freiras devotas,
e depois de mil derrotas
ande pelas portarias:
que ande este todos os dias
com cargas, e sem carreto,
e tendo-se por discreto
seja o burrinho da feira!
Boa asneira!
(OC-II- p. 504).

Logo, a pragmática do amor freirático é uma arte de enganos. Nela, saber simular, fingir e mentir é a regra principal, que vale tanto para o amante quanto para a freira: esta, porque visa o próprio; ele, porque também visa o próprio. Como diz frei Lucas, o bom freirático deve sempre ter em mente que:

> As freiras hão-se de conhecer, e não tratar. Porque enquanto conhecidas, divertem, e tratadas, consomem. A freira se é música, ouvi-la; se é discreta, escutá-la; se é desvanecida, lográ-la; se é tola, enganá-la; se é primorosa, satisfazê-la (mas de palavra), e se é carinhosa, animá-la mas não admiti-la que nisso está a perdição dos freiráticos, e o ganho da freira.[25]

Como a sátira é gênero baixo, inverte sistematicamente também esses lugares comuns

[24] *Ibid.*, p. 199.
[25] *Ibid.*, p. 197.

discretos da elegância cortesã: propõe "burro" por "discreto"; "corno" por "amante"; "braço arregaçado" por "gestos gentis"; "figo apolegado" por "*donna angelicata*", "estrondo do tamanco" plebeu por "tinir de espora" fidalga; e ainda, como se viu, "chouriço", "cará" e "vermelho "por "doce" e "flor", principalmente quando a freira é agredida por preferir a amizade de eclesiásticos, desdenhando seculares. Na competição, padres e frades são invariavelmente caracterizados com estilo sórdido:

Mas, o Frade malcriado,
o vilão, o malhadeiro
nos modos é muito grosseiro,
nos gostos mui depravado:
brama, qual lobo esfaimado,
porque a Freira se destape,
e quer, porque nada escape,
levar logo a causa ao cabo,
e fede como o diabo
ao budum do trape-zape
(OC- IV- p. 857).

Ou, ainda, explicando didaticamente à freira a diferença entre o secular entendido e o eclesiástico grosseiro:

Não sabeis a diferença
entre um Frade e um secular?
pois é esta a diferença:
tendo o leigo a capa imensa
como homem racional
nada lhe parece mal,
toda a Freira é uma flor,
mas em sendo Frei Fedor,
a melhor é um cardal
(OC-IV-p. 857).

No caso, a sátira baiana do final do século XVII evidencia as apropriações locais da poesia e prosa de Quevedo. Por exemplo, do Quevedo de *La Hora de Todos y la Fortuna con Seso*,[26] em que o termo "cardal", que também admite no poema em questão a associação com o português "cardo", planta de espinho, em oposição a "flor", relaciona-se ao espanhol "*carda*", como em "*gente de la carda*": metaforicamente, os que formam quadrilhas de ladrões e rufiães de vida malvada.

Nas agressões contra a freira que desdenha a amizade do discreto secular, a sátira recorre

[26] Quevedo, Francisco de. *La Hora de Todos y la Fortuna con Seso*. Paris, Aubier, 1980, p. 393 (Collection Bilingue).

aos padrões da honra sexual e da "limpeza de sangue", produzindo misturas obscenas inconcebíveis da perspectiva da posição fidalga das religiosas do véu preto. Por exemplo, quando deseja que a freira desdenhosa seja estuprada por um índio ("cobé") de órgão monstruoso ("mangará" é o nome da flor da bananeira com aspecto fálico) e tenha um filho índio ou mameluco ("Paiaiá", na língua dos tupis que habitavam o litoral do Brasil nos séculos XVI e XVII, significa "gente feia") ou negro ("Guiné"):

Assim como isto é verdade,
que pelo vosso conselho
perdi eu o meu vermelho,
percai vós a virgindade:
que vo-la arrebate um frade;
mas isto que praga é?
praza ao demo, que um cobé
vos plante tal mangará,
que parais um Paiaiá,
mais negro do que um Guiné
(OC-IV-p. 874)

Afinal, segundo os discursos da conveniência e do ilícito, como os da ordem-régia e da carta do governador Câmara Coutinho citadas no início deste, o perigo que ronda as freiras é o filho ilegítimo, *contra naturam*, fruto dos amores de convento. A didascália de um soneto que o Licenciado Rabelo, letrado baiano que em meados do século XVIII fez a primeira compilação conhecida das obras atribuídas a Gregório de Matos e Guerra, propõe: "A outra Freira que estranhou o Poeta satirizar ao Pe. Damaso da Silva, dizendo-lhe que era um clérigo tão benemérito, que ela já tinha emprenhado e parido dele". O soneto aplica a tópica medieval da "freira grávida", imitando sátira de Quevedo:

Confessa Sor Madama de Jesus,
Que tal ficou de um tal Xesmeninês,
Que indo-se os meses, e chegando o mês,
Parira enfim de um Cônego Abestruz.

Diz, que um Xisgaravis deitara à luz
Morgado de um Presbítero montês,
Cara frisona, garras de Irlandês
Com boca de cagueiro de alcatruz.

Dou, que nascesse o tal Xisgaravis,
Que o parisse uma Freira: vade em paz,
Mas que o gerasse o Senhor Padre! arroz

Verdade pois o coração me diz,
Que o Filho foi sem dúvida algum trás,
Para as barbas do Pai, onde se pôs
(OC- IV- p.871).

Assim, na sátira, os temas da conveniência oficial, das amizades ilícitas, da interdição, da sedução, do desprezo, da convenção discreta, da rusticidade, da corte de amor, dos insultos, da pedra e da cal, do ralo, da roda e da grade refratam-se por várias posições hierárquicas. Uma das principais figurações aparece no que frei Lucas de Santa Catarina expõe como moralidade:

> Oh! lástima da cegueira freirática! que nascendo um destes entre gente católica, haja de se condenar pela sensaboria do apetite mais inútil dos homens? onde o que é entendido, se reputa por néscio; o que é liberal, fica mísero; o que é agudo, fica enganado; o que é ardiloso, fica corrido; o que é desvanecido, fica tolo.

Moralidade que se evidencia como mais uma cena fictícia entre outras, pois a nada levam as providências para impedir as "amizades ilícitas". Em 25 de abril de 1738, a abadessa do Mosteiro de Santa Clara do Desterro queixou-se ao rei —então D. João V, freirático contumaz— por intermédio da Mesa de Consciência e Ordens, contra um Inácio Moreira Franco, vigário do mesmo convento, que tratava ilicitamente com Josefa Clara, religiosa do véu branco. Segundo a abadessa, o vigário jactava-se de cometer coisas ilícitas com Josefa Clara, tendo chegado, certa noite, a passar pelo forro da capela-mor até os dormitórios, onde teria caído com estrondo sobre os catres das irmãs, quando o forro podre ou roído de cupins desabou com o seu peso e ele declarou que ali estava para dar confissão a uma delas...[27]

Em 8 de abril de 1739, o Conde das Galveas reconhecia o dano resultante do grande número de freiras baianas. Pedindo providências à Coroa, declarava que na Bahia não havia casamentos de mulheres de representação. Todas entravam para o convento onde morriam para o mundo.

[27] Accioli, Ignacio e Amaral, Brás do. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia.* Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1937, v. V, pp. 491-492.